RTE REVISTA TEMAS EM EDUCAÇÃO

DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n1.54300

EMPODERAMENTO PROFISSIONAL E CIDADÃO DO PROFISSIONAL DE SAÚDE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PARATIBE- PARAÍBA- BRASIL

Rafaela Domingos da Cunha [*]

Wilton Wilney Nascimento Padilha [**]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os aprendizados acerca da vivência que se deu na comunidade quilombola de Paratibe, na zona sul do município de João Pessoa/Paraíba, pelos extensionistas do Projeto Aquarela, oriundo do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Tomo como ponto de partida para a reflexão a minha experiência de aprendizado como integrante da extensão popular em saúde, de 2013 a 2015. Acredito que a prática da extensão popular ganha potencial transformador da formação social e cidadã do profissional da saúde, com o exercício da horizontalidade e estabelecimento de vínculos de respeito, confiança e alteridade. O território do quilombo proporcionou aprendizados humanos, sociais e políticos muito caros à nossa formação cidadã, os quais ampliaram a nossa capacidade de enxergar a coletividade e a nós mesmos. E hoje é possível verificar a maneira como fomos transformados, assim como a comunidade, em sua mudança de percepção sobre a atuação da Universidade, e suas práticas; vivenciamos o processo de transpor os muros. O aprendizado vívido do desempenho da academia no seu papel de contribuir na construção de uma nova sociedade e na constituição de sujeitos transformadores.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde. Extensão Popular. Comunidade quilombola.

[*] Especialista em Direitos Humanos e Políticas Públicas. Mestranda em Saúde Pública (FIOCRUZ - Pernambuco).
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9979-5787
E-mail: rafaelacunha92@gmail.com

[**] Doutor pela Universidade de São Paulo. Professor dos Programas de Pós- Graduação em Saúde Coletiva e Odontologia da UFPB.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3056-9145
E-mail: wiltonpadilha@yahoo.com.br

O QUILOMBO, A UNIVERSIDADE E O EXTENSIONISTA

As reflexões que aqui irei discorrer neste artigo são resultado das minhas vivências e afetações na comunidade quilombola, como militante, graduanda de enfermagem e extensionista e pesquisadora iniciante; vivência essa iniciada no ano de 2011 e perdura até os dias atuais. O texto objetiva descrever, em detalhes, a vivência e os aprendizados que resultaram do vínculo estabelecido com o quilombo de Paratibe, aprendizados que transpassaram os aspectos técnicos, sociais e políticos.

A comunidade de Paratibe se caracteriza como um quilombo urbano, localizado na zona sul do município de João Pessoa, sendo o único do município.

A minha entrada na comunidade se deu no ano de 2011, pela pastoral da criança, ação social coordenada pela Igreja Católica, que objetiva impulsionar o desenvolvimento pleno de crianças entre 0 e 6 anos de idade no seu respectivo ambiente familiar e na comunidade, atendendo as pessoas de acordo com a sua realidade cultural e étnica. Encontrei naquele espaço um terreno fecundo para o trabalho voluntário, estava no início do curso de Enfermagem, nutria o gosto pela saúde da criança, então aquele era o contexto que tomei como o ideal para refletir minha prática como ser humano e como profissional. Mas faltava algo de essencial nessa prática, e desde cedo percebia-se que poderia e deveria ser de um agente transformador da realidade.

A coordenação das atividades da pastoral da criança, naquele momento, era realizada pelas freiras católicas da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, e possuía apoio de outros voluntários, para a doação de lanches para as mães e crianças, a ser servido no momento da coleta dos dados antropométricos das crianças (Peso e Estatura). É uma atividade que ainda hoje mobiliza pessoas da comunidade, para fazer o registro das mães e crianças presentes e coletar os dados antropométricos.

As freiras ao longo dos encontros, falavam-me da história, que a pastoral ali havia construído, falavam da fome que aquela comunidade já havia passado e de quantas crianças haviam recuperado da situação de desnutrição infantil na década de 90, com a administração da multimistura e orientando as mães sobre higiene e cuidados básicos com as crianças. Percebi que o papel da Igreja Católica naquele período, foi além da manutenção da vida das crianças, como também formador de lideranças, a Joseane (Ana), hoje representa o povo quilombola de

Paratibe como Presidente da Associação da Comunidade Negra de Paratibe e Agente Comunitária de Saúde da Unidade Integrada de Saúde Rosa de Fátima. Resultado de estímulo e potencial forjados junto ao olhar de confiança, de afeto e de resistência das irmãs Iraci e Alzira.

Resistência essa que fazia parte de um movimento maior dentro do Brasil e de toda a América Latina, a partir da década de 70, por meio das denominadas Comunidades Eclesiais de Base, as quais guiadas pela Teologia da Libertação, objetivavam articular a realidade prática da vida social e política, em suas desigualdades e misérias impostas ao povo, à vivência da prática religiosa (BETTO, 1981)

Hoje, no quilombo de Paratibe, o processo formativo de lideranças é fragmentado, é um contexto menos favorável, quando comparado ao cenário no qual se deu a formação da Ana enquanto liderança comunitária. Formação essa, que por sua vez, deu-se enquanto sujeito conhecedor da sua própria história, da sua ancestralidade, conhecedora da sua capacidade de transformação da história individual e coletiva, integrada à dinâmica e às decisões da vida política e social do quilombo. Essa força transformadora, hoje, é rara.

Acredito que a frágil formação de lideranças retarda a conquista de direitos e a manutenção de outros já alcançados. Um dos mais importantes, o basilar, é a delimitação da terra, a titulação dessa como terra quilombola, direito esse procrastinado em sua efetivação. Enquanto isso, os herdeiros originais da terra vão perdendo para construtoras, município e granjeiros, e diante disso, há a perda de terreno que antes tinha como finalidade o plantio para a subsistência e comercialização (de frutas, verduras e tubérculos), o que se caracterizou na história da comunidade como uma fonte de renda para as famílias; há a perda progressiva das tradições que conectam o povo à terra, as práticas culturais. Com isso, a comunidade vai perdendo sua configuração territorial, organizacional, cultural e a perspectiva de novas lideranças quilombolas (BANAL; FORTES; 2013)

A relação com a Universidade é relatada pela liderança local como sendo sem reciprocidade, fundamentada em interesses unilaterais alcançados; prevalecendo os interesses da academia e as promessas do retorno social das pesquisas.

Ao adentrar na comunidade, enquanto extensionista e aluna de iniciação científica, por ter construído vínculos de afeto, respeito e confiança, sempre visualizei a minha relação com Paratibe de maneira horizontal. Reflito sobre essa relação como um presente da irmã Alzira,

deixado para mim, relação essa na qual me sinto confortável, enxergo como um encontro no qual sou sujeito inteiro, não apenas a extensionista ou pesquisadora, mas sujeito, cada vez mais consciente do papel social. Acredito que o compromisso e o respeito com a história de Paratibe havia sido construído em primeiro lugar, e após isso, eu busquei nas minhas possibilidades, configuradas no convívio em sociedade, a maneira de contribuir com aquele território, o que definiu e define a minha história em diversos aspectos.

Mas essa não é a regra de como a relação entre a universidade e a comunidade ocorre. Os relatos predominantes denunciam uma relação colonizadora, de pesquisadores que extraem os saberes, a história da comunidade, e não retornam com os resultados, não há devolutivas, não há contrapartida. Relata-se um papel "explorador" da Universidade, de pesquisadores/extensionistas que vão à comunidade, coletam informações, vasculham a história da comunidade e a vida dos moradores, publicam informações, tiram vantagens e a comunidade não tem o retorno do que é feito com essas informações.

Percebo nessa prática um processo colonizador perpetuado, a universidade personificada em agentes que exploram, expropriam e oprimem; as armas não são as mesmas de dois séculos atrás, mas o objetivo final ainda sim é a usurpação da riqueza e da vida.

Apreendo que a prática da extensão e pesquisa em Paratibe ensinou e ainda ensina sobre o prevalecimento da cautela, honestidade e respeito; discernimento dos objetivos envolvidos e compromisso humano e político, com a vida e a história do outro. Falo em um compromisso que nasce a partir da compreensão do outro como igual, diferente em história, classe social e cor, mas igual no direito à dignidade e respeito, por tudo que é e sente.

Mas a gente não aprende isso na universidade!

Diante dos relatos da população de Paratibe, percebi a universidade em suas práticas mantenedora do status quo. Distante de uma práxis transformadora e comprometida com a sociedade, principalmente em suas fragilidades; era assim que eu generalizava, ingenuamente, as atitudes dos agentes dessa instituição, pesquisadores/extensionistas.

Em 2013, quando eu estava no terceiro período do curso de Enfermagem da UFPB, engajei-me nas atividades da extensão, era o Aquarela. Caracterizava-se por ser uma extensão popular da universidade em comunidades periféricas da cidade de João Pessoa, naquele período era a comunidade Timbó I, localizada no bairro dos Bancários.

Recordo-me que naquele período meus horários tornaram-se mais rigorosos, as disciplinas básicas do curso somaram-se às atividades da extensão. Aprendi naquele momento que apenas o meu bom desempenho acadêmico não seria o suficiente para me tornar uma profissional competente e habilidosa para lidar com a saúde das pessoas, percebi que era necessário aprender, tocar, vivenciar outros conhecimentos, viver a transdisciplinaridade, e desse modo buscar compreender o que é complexo, a saúde e o contexto no qual a estamos produzindo, enquanto sociedade. Acredito que foi um momento importante do meu amadurecimento como sujeito.

As atividades da extensão, em suas reuniões de debates com os colegas de outros cursos (majoritariamente da odontologia), as visitas domiciliares aos sábados e as atividades na escola ou na creche me faziam refletir a formação em saúde que estava sendo vivenciada, e percebi como eu estava aprendendo no território da extensão, como de fato eu estava me apercebendo de um aprendizado apenas vivenciado anteriormente na comunidade de Paratibe.

Rememoro que nas sextas-feiras à tarde, ocorria os acordos coletivos e os repasses das atividades semanais, nesses por sua vez, eu percebia um mecanicismo em todos nós, a reflexão sobre a realidade em grupo não avançava, e isso me inquietava, naquele momento havíamos caído em uma prática comprometida com o assistencialismo? A caridade? Havíamos nos desconectado do nosso objetivo no território da extensão popular? Havíamos alguma vez compreendido o significado e o sentido da prática libertadora e fortalecedora da autonomia?

Acredito que a compreensão do objetivo daquele espaço emergiu a partir da experiência que eu poderia denominar como a sendo equivocada, tortuosa ou não adequada. Ao passo que, paulatinamente, passei a enxergar e a identificar um território, como sendo também meu, dentro da universidade, no qual eu estava disposta a contribuir e a edificar. Encontrei, institucionalmente, a minha trincheira, posso afirmar que esse foi um outro passo importante do meu amadurecimento enquanto sujeito.

Por que não estávamos fazendo naquele momento a extensão que deveríamos fazer? À quem servimos, enquanto Universidade, ao desenvolvermos uma prática paternalista e assistencialista?

A quem queremos proteger ao não debatermos desigualdades e pobreza no território da extensão? À quem serve a extensão universitária ao fugir dos enfrentamentos que transpassam o debate da real configuração da população brasileira, em suas diversidades e especificidades? Na reprodução do olhar paternalista e assistencialista, quais os status quo reproduzido em nossa prática?

A reconhecimento coletivo, a percepção desse cenário não aconteceu de repente, e não por todos os integrantes do projeto. Passamos, paulatinamente, por um processo de transformação interna, enquanto grupo, e esse processo nos ensinou tantas outras coisas, ensinou-nos sobre transformação promovida coletivamente, reconhecemo-nos enquanto classe, a importância do espaço que estava sendo ocupado e como ele deveria ser ocupado. Percebemos e nos reconhecemos, junto ao Timbó e Paratibe (que passou a ser mais um território de atuação do Aquarela, em 2014), enquanto sujeitos ativos e responsáveis no nosso processo de empoderamento e libertação social.

Essa foi uma outra percepção e vivência divisora de águas no nosso fazer a extensão popular em saúde, que o processo de empoderamento e libertação social se dá em coletivo, reconhecendo-nos no outro e com o outro. Com o início das atividades da extensão no quilombo de Paratibe, a partir de 2014, percebemos o quanto a nossa formação estava distante de alcançar a realidade do cuidado em saúde da população brasileira em sua diversidade. Houve momentos em que erramos, acertamos e aprendemos muito; o processo de aprendizagem da configuração política e social de Paratibe se fez acessível aos nossos olhos e ações.

A prática extensionista em Paratibe nos proporcionou enxergar que a nossa formação em saúde é resultado de uma produção de saúde que está distante de considerar a produção cultural e da vida do outro, centra-se no poder exercido sobre os corpos e na coerção a liberdade desses, fundamenta-se no lucro acima do bem-estar contínuo e progressivo.

Além disso, tivemos espaço para nos apercebermos de uma formação em saúde que é colonizadora e xenófoba, a partir do momento em que exclui as práticas tradicionais de cuidado em saúde no processo de fazer saúde no quilombo. E ao longo do tempo, os costumes e as práticas de cuidados passam a ser esquecidos.

> Em vez do direito à diferença, a política de homogeneidade cultural impôs o direito à indiferença. As especificidades ou diferenças na execução das políticas de toda ordem foram determinadas exclusivamente por critérios territoriais ou socioeconômicos, nunca de outra ordem (SANTOS, 1999, P. 18)

À quem serve essa formação? Serve à realidade da população brasileira em sua configuração diversa? À quem serve a extensão e a pesquisa universitária quando não contemplam a nossa realidade diversa e unifica o cuidado em saúde, esse por sua vez fundamentado em procedimentos técnicos, na instituição hospital e no lucro?

A vivência extensionista em Paratibe nos permitiu refletir sobre o fato da nossa formação em saúde ser colonizada, por meio do conhecimento que é propagado e das práticas protocoladas, para todo e qualquer ser humano. Como poderíamos repensar a formação em saúde para o cuidado adequado às "culturas" do povo brasileiro? (COSTA; GROSFOGUEL, 2016; RIBEIRO, 1995)

Em qual território da formação em saúde é contemplada a construção cultural em saúde das comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas? Em qual parte dialoga-se sobre o contexto do cuidado em saúde da população rua e a articulação de forças que demanda a gestão desse cuidado?

E o cuidado em saúde a ser direcionado ao povo que luta pela terra e por moradia? Onde se localiza o estudo e a compreensão das demandas desses núcleos populacionais, em suas especificidades?

Encontramos cada vez mais sentido no fato de que as normas, currículos, habilidades e qualificações a serem edificadas ao longo da formação serão as necessidades apresentadas pelo mercado, suprir empresas com funcionários e cérebros com habilidades para fortalecer o capital, sua movimentação e expansão, isso é prioritário (STEWART, 1998)

É nesse contexto que é construído as diretrizes do que deve compor o currículo da formação do profissional da saúde, quais habilidades e competências deve desenvolver, marginaliza-se fatores culturais e históricos. Com isso, a formação em saúde e o modo de fazer saúde são considerados produtos tecnológicos, com valor financeiro agregado, com papel fundamental no desenvolvimento dos países. Desenvolvimento para quem?

Negligencia-se a saúde como construção cultural, histórica, comunitária e familiar, com ensinamentos e práticas edificadas por mulheres e homens na busca da manutenção do bem-estar e conforto, na vida individual e coletiva. À medida que é fomentado currículos etnocêntricos e mercantilizados, desassociados da realidade do modo de viver a vida.

Diante dos contextos e cenários do campo, vivíamos em constante reformulação das atividades da extensão, as percepções e experiências guiavam o nosso cronograma. Percebemo-nos na necessidade de aprimorar a nossa formação, fomentar os nossos debates e a nossa formação social e política. A extensão foi o território para isso.

Com o fazer extensão, compreendemos que a pesquisa só faz sentido quando conformada à realidade e às necessidades das pessoas, portanto, na pesquisa formalizamos as investigações que viriam a fornecer respostas às inquietações dos pesquisadores iniciantes.

Ao longo do processo de transformação do grupo extensionista junto à comunidade quilombola de Paratibe, acredito que conseguimos efetivar o papel do "extender-se" da Universidade, e acredito que conseguimos reconfigurar, por meio do respeito, confiança e vínculo, aquilo que a comunidade conhecia até então. Falta muito a ser aprendido, reaprendido e aprimorado, mas conseguimos sinalizar qual o papel da Universidade, como deve ser e o que pode ser.

A PRÁTICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PARATIBE

O quilombo tal como é reconhecido no Brasil possui uma construção única e específica do território brasileiro, tem o nome originado do termo "bantu", da Ângola na África, que se refere à acampamento de guerreiros. Desde o período colonial foi-se cristalizando o conceito de quilombo como um local de indivíduos, fugitivos, de um processo de trabalho opressor e degradante. Hoje, podemos ampliar o conceito de quilombo, podemos remeter à um território protagonizado por negros, no qual há a procura por harmonia no modo de viver, produzir a vida e a felicidade. Não necessariamente precisamos falar em um povo negro que fugiu do trabalho compulsório, mas do povo negro que buscou e busca construir a vida de maneira coletiva, harmônica, gravando sua história com autonomia e liberdade (NASCIMENTO, 1985).

A comunidade quilombola de Paratibe se localiza na zona sul da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Composta por 130 famílias, localizadas em uma área periférica da cidade,

com escasso acesso ao transporte público, abrange uma Escola Municipal de Ensino Fundamental e uma Unidade de Saúde da Família Integrada (Unidade de Saúde Integrada Rosa de Fátima). É um relato comum dos moradores a unidade de saúde local ser "longe", principalmente para idosos, gestantes e crianças.

Diante da pressão popular local, com o Ministério Público Federal somando forças, houve a elaboração do termo de ajuste de conduta (TAC), em 11 de janeiro de 2016, no qual um dos itens requeridos pela população foi o atendimento de profissionais de saúde a serem realizados dentro do quilombo, no espaço onde ocorre as reuniões da associação de moradores "O galpão", como é chamado pela comunidade. O que para a população, representa a Atenção Primária mais perto, na comunidade, ao lado de casa.

Uma outra demanda da comunidade, no TAC, foi a reforma e a adaptação da Escola Municipal local de Ensino Fundamental, denominada Professora Antônia do Socorro da Silva Machado, às normas curriculares nacionais para a educação que atendem às relações étnica, raciais e a inserção da cultura afro-brasileira e africana no ensino de história. Hoje, a escola é reconhecida como escola quilombola, adaptada à realidade das crianças e suas respectivas famílias.

Apesar das perdas territoriais, em tamanho e conformação, é importante relatar como a distribuição do poder na comunidade é representado por meio da disposição das moradias no território; as casas das matriarcas se localizam em locais centrais, e filhos e netos constroem seus lares ao redor. O que para eles representa proteção e respeito, e na história da comunidade represen-ta poder agregado às pessoas mais velhas e do sexo feminino da comunidade, proporcionando-nos a compreensão de uma sociedade constituída sob as égides do matriarcalismo, originalmente, conforme laudo antropológico do quilombo de Paratibe (GONÇALVES, 2011)

No quilombo, o espaço no qual acontece os encontros e as decisões políticas do quilombo, "o galpão", localiza-se no centro da comunidade; o que remete ao esforço coletivo de, geograficamente, favorecer a ampla participação na execução de processos considerados de interesse público. O galpão é utilizado para atividades coletivas, como aulas de capoeira, aulas de corte e costura, reuniões da associação de moradores, comemorações como o dia das crianças, das mães e consciência negra e atividades do Programa de Saúde da Família

(Consultas de enfermagem e médicas). Podemos dizer que o galpão é onde a vida coletiva da comunidade acontece e se reverbera.

A presença da Universidade já ocorria na comunidade, através de áreas do conhecimento como o direito, história e geografia, cuja as atividades foram primordiais no andamento dos processos de reconhecimento da comunidade, reconhecimento e conquista de direitos. Foi nesse contexto que o grupo de extensão popular em saúde, o Aquarela, foi se fazendo parte dos acontecimentos na comunidade, contribuindo, aprendendo e ensinando.

Os processos de aprendizado nas práticas de extensão e pesquisa, no contexto da prática acadêmica, buscam transbordar os muros da universidade, e são capazes de alcançar aprendizados até então desconhecidos, o qual perpassa o técnico, o humano e o político.

METODOLOGIA

No contexto da Comunidade de Paratibe as oportunidades de aprendizado e troca na prática de extensão foi iniciada pelo grupo de extensão popular Aquarela, composto por estudantes de graduação do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Os estudantes envolvidos eram da Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia, Nutrição e Terapia Ocupacional, cada componente trazia seus aprendizados, vivências e desejo de construir as atividades, fossem elas de debate entre os extensionistas, e/ou intervenção na comunidade, com ações que abordassem o cuidado em saúde, dos idosos, crianças e gestantes, através da visita domiciliar.

Como poderíamos aprender mais, para melhor corresponder às expectativas de uma realidade brasileira em saúde tão infinitamente maior do que era vivenciado nas salas de aula?

As atividades da extensão eram divididas em atividades de campo, na comunidade, e na Universidade. Em campo, eram desenvolvidas visitas domiciliares, orientados pela ACS da comunidade e liderança local, nas quais cultivávamos o vínculo e a confiança, conversávamos com os moradores sobre o cotidiano, sobre o fluxo do serviço de saúde local e enfatizávamos a importância da prevenção, conforme o contexto vivenciado. O repasse das visitas e a reflexão sobre essas, era realizado junto à ACS, no fim da manhã do sábado, e naquele momento percebíamos que algo incomum e potencial estava acontecendo, diferentemente da vivência na comunidade do Timbó.

A liderança estava presente nesses momentos, opinava, sugeria e corrigia-nos. Indicava os melhores caminhos para o diálogo junto às famílias, acredito que o vínculo, a confiança e o respeito construídos junto à história de Paratibe se deu devido a inclusão de todas as partes envolvidas no planejamento, na execução e na reflexão. Esses momentos ficaram registrados como os mais repletos de aprendizagem e a total quebra do muro entre a universidade e o quilombo.

Naqueles momentos estávamos nos tornando profissionais diferentes, outras perspectivas eram descobertas. As conversas se davam no quintal da casa da líder, sem divisão com o espaço das outras residências, era um espaço muito informal, que trazia conforto e serenidade às trocas. Aprendemos muito. A próxima atividade do grupo da extensão era na sexta-feira, na universidade, na qual o intuito seria refletir sobre as visitas domiciliares e o diálogo desenvolvido junto a liderança do quilombo de Paratibe.

Os debates em grupo, envolviam a prática extensionista, o que era pensado individualmente sobre o contexto vivenciado na comunidade era reconstruído coletivamente, refletíamos sobre o fazer profissional que perdurava no cuidado em saúde da comunidade, ao passo que pensávamos em quão frágil também era o nosso currículo dos cursos da saúde para abarcar a complexidade das realidades vivenciadas.

Os problemas eram debatidos e a tentativa de resolução discutida em grupo, inserindo as considerações e orientações da liderança quilombola e a realidade local vivenciada. Configurava-se como um espaço de troca, opiniões e de desconstrução do que antes era conhecido como a resolução perfeita e ideal; passávamos então a reinventar, em nós, a prática em saúde, reinventar o profissional que estava em processo de edificação.

A realidade vivenciada na extensão por sua vez estimulou a produção do conhecimento, realçou a produção crítica fundamentada na vivência e na reflexão da realidade. Pesquisas que se conformaram às necessidades e a história do povo quilombola de Paratibe, com os pés na realidade vivenciada, efetivando o papel da universidade na transposição de seus muros, dialogando, construindo junto à comunidade seja a documentação de seus relatos de cuidado originários de seu povo, ou documentando os relatos sobre a assistência à saúde.

As vivências desenvolvidas no contexto descrito atingem objetivos que vão além da formação técnica, na qual se coloca em prática os aprendizados técnicos da área da saúde, e científica, a qual estabelece o rigor da ciência, com seus procedimentos e métodos. E estabelece aprendizados no fazer social, o qual perpassa o desenvolvimento de habilidades no relacionamento interpessoal e coletivo. Desse modo, o processo de construção coletiva entre os extensionistas, junto à comunidade, empodera os futuros profissionais da saúde direcionando-os a tomada de decisões que sejam coletivas e horizontais

EXTENSIONISTA, O SOLO FÉRTIL DAS INQUIETAÇÕES

Passei a compreender o extensionista como o vigor, a experiência e a vivência para a concretização de uma nova realidade. Realidade essa sendo refletida, imaginada e concretizada porque as ideias pisaram um solo real, um solo vivido, o solo que gritou pelas transformações e ainda incutiu terra nessas mesmas ideias, para que já não mais o extensionista, o universitário, o pesquisador fale por essa terra vivida, mas a própria terra tenha voz.

Acredito que para isso, aos poucos fomos nos retirando do lugar de passividade e passamos ao papel de sujeitos. As inquietações e afetações das vivências foram germinando, ganhando força, por meiodos debates, das discussões em coletividade, e nesse processo acabamos por ser pedagogos de nós mesmos, comprometidos com o processo de formação individual, mas principalmente com o processo coletivo. Foi transformador.

Apercebemo-nos do nosso potencial latente para a transformação da nossa formação e dos cenários inseridos nesse processo. Enxergamo-nos uma das partes do todo, com uma força antes não refletida. A extensão foi o território dessa descoberta, do fortalecimento e da consolidação de um processo de conscientização social, cidadão e profissional. Reflito se há um outro lugar para isso, dentro da Universidade, que seja tão democrático, aberto, pedagogo das sensibilidades e atitudes, quanto a extensão popular.

As inquietações vivenciadas, tocadas e refletidas gerou impactos imensuráveis em nossa formação, algumas possivelmente não consigamos descrever, porém uma precisa ser destacada, foi o potencial que a plena vivência da extensão popular teve de nos converter em classe, conscientes dessa, mulheres e homens libertados (BRANDÃO, 1980).

Ao longo desse processo de aprendizado social e técnico, foi primordial a imensurável parceria do Professor orientador do projeto, enxergando as necessidades do grupo, as angústias e afetações, a sutileza da atenção direcionada à realidade vivenciada pelo grupo, e vivenciando-a conosco. O apostar e acreditar nas ideias e iniciativas, sem inibição. Todos os momentos de cumplicidade foram fundamentais para a concretização de sujeitos plenos da consciência de luta por um projeto de sociedade justo.

Precisamos ainda destacar um outro aprendizado que envolveu a prática extensionista, do modo que vivenciamos, e é perpetuado na prática de viver a vida, aprendizado esse do desaprender o amor à verdade, o desaprender o amor ao conhecimento absoluto já vivenciado. E em consonância com Rubem Alves, em Religião e Repressão, esse amor a verdade que é fonte de dogmatismo, intolerância e idolatria. Aprendemos que ao amar a verdade absoluta, perdemos o aprendizado que a dúvida carrega, negamo-nos ao exercício da reflexão, da livre razão, negamo-nos ao exercício da liberdade de ser e existir, nosso e do outro (ALVES, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo este Artigo, enfatizando que as atividades de extensão e pesquisa impactaram a comunidade em diversos aspectos, um deles é que os moradores passaram a observar que seus hábitos de cuidado eram importantes, e representavam sua história, sua ancestralidade, e sim, precisava ser destacado, isso é manter viva a cultura do povo negro apontado. Outro aspecto positivo a ser registrado versa sobre a importância que a extensão e a pesquisa tiveram na orientação dos moradores dentro da rede de atenção à saúde, quais os serviços do Sistema Único de Saúde a serem procurados, a cada necessidade vivenciada.

Outra dimensão a ser destacada, foi a real vivência, dos moradores e lideranças, do papel da Universidade em transpor seus muros, os concretos e aqueles que estão na subjetividade da academia, nas relações verticais e autoritárias. Acredito que apesar de erros comuns e aceitáveis que ocorrem ao longo de qualquer processo de aprendizagem, sendo esse supervisionado ou não, conseguimos estabelecer relações com alteridade, confiança e respeito.

Essa mesma relação com a comunidade nos levou a refletir sobre a necessidade urgente da obrigatoriedade do multiculturalismo na educação brasileira. De maneira que seja favorecida

a convivência igualitária das diversas identidades culturais, como também enfatizado por Munanga (2015)

Tornou-se concreta a compreensão da marginalização, sofrida pelo povo negro e quilombola, no reconhecimento de suas necessidades territoriais, organizacionais e de saúde. E hoje, essa exclusão estruturalmente sofrida é refletida primariamente na identidade da comunidade, que envolve aspectos como a perda do território e a perda gradual das memórias que resguardam a cultura, a maneira de viver a vida e construí-la.

Aprendemos no território da extensão a reconhecer e ocupar o nosso lugar no mundo, para defendê-lo, reconhecemo-nos enquanto povo e oprimido. O que seríamos hoje, sem a vivência prática da extensão popular? Quais seriam as práticas? Qual seria a nossa trincheira? Deveria a extensão popular ser um item optativo, dentro de uma instituição pública de ensino superior?

Considero que foi um momento fundamental na definição de trajetos profissionais, potencial para a formação de pesquisadores, esses com os pés na realidade da população, e empoderador do caráter profissional e cidadão. Não fomos mais os mesmos, não poderíamos mais o ser.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Religião e Repressão**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BANAL, A.; FORTES, M. E. P**. Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013. 312p.

BETTO, F. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. A cultura do povo e a educação popular. In: **A questão política da educação popular**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COSTA, J. B.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1 janeiro /abril. 2016.

GONÇALVES, M.R. Relatório Técnico de Titulação e Delimitação do Território da Comunidade Negra de Paratibe, João Pessoa: 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNANGA, K. **Por que ensinar a história de África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20-31, 2015. Disponível em: www.scielo.br>pdf>rieb. Acesso em: julho de 2020.

NASCIMENTO, M. B. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora Nos. 6-7, pp. 41-49. 1985.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do Centro de Estudos Sociais nº 135. Coimbra, 1999. 61p.

STEWART, T.A. **La Nueva riqueza de las organizaciones: el capital intelectual**. Buenos Aires, Granica, 1998, p. 33.

PROFESSIONAL EMPOWERMENT AND CITIZEN OF THE HEALTH PROFESSIONAL IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF PARATIBE – PARAÍBA- BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to reflect on the learning about the experience that took place in the quilombola community of Paratibe, in the south of the municipality of João Pessoa / Paraíba, by the extension workers of Projeto Aquarela, from the Health Sciences Center of the Universidade Federal da Paraíba. I take as a starting point for reflection my learning experience as a member of the popular extension in health, from 2013 to 2015. I believe that the practice of popular extension gains transformative potential in the social and citizen formation of health professionals, with the exercise of horizontality and the establishment of bonds of respect, trust and otherness. The quilombo territory provided very expensive human, social and political learning to our citizen formation, which expanded our ability to see the community and ourselves. And today it is possible to verify the way in which we have been transformed, as well as the community, in its change of perception about the University's performance, and its practices; we experience the process of crossing the walls. The vivid learning of the performance of the academy in its role of contributing in the construction of a new society and in the constitution of transforming people.

Keywords: Popular Health Education. Popular Extension. Quilombola community.

EMPODERAMIENTO PROFISIONAL Y CIUDADANO DEL PROFESIONAL DE LA SALUD EN LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DE PARATIBE – PARAÍBA -BRASIL

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las lecciones aprendidas sobre la experiencia que tuvo lugar en la comunidad quilombola de Paratibe, en el sur del municipio de João Pessoa / Paraíba, por los extensionistas del Proyecto Aquarela, del Centro de Ciencias de la Salud de la Universidad Federal de Paraíba. Tomo como punto de partida para reflexionar mi experiencia de aprendizaje como miembro de la extensión popular en salud, de 2013 a 2015. Creo que la práctica de la extensión popular gana el potencial transformador de la formación social y ciudadana del profesional de la salud, con el ejercicio de la horizontalidad y el establecimiento de lazos de respeto, confianza y alteridad. El território del quilombo proporcionó un aprendizaje humano, social y político que fue muy costoso para nuestra formación ciudadana, lo que amplió nuestra capacidad de ver a la comunidad y a nosotros mismos. Y hoy es posible verificar la forma en que nos hemos transformado, así como a la comunidad, en su cambio de percepción sobre el desempeño de la Universidad y sus prácticas; Experimentamos el proceso de cruzar las paredes. El aprendizaje vívido del desempeño de la academia en su papel de contribuir en la construcción de una nueva sociedad y en la constitución de asignaturas transformadoras.
Palabras-clave: Educación popular en salud. Extensión popular. Comunidad Quilombola.

Submetido em: julho de 2020.
Aprovado em: setembro de 2020.
Publicado em: janeiro de 2021.